CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Scipione, 2002.Catálogo de base de dados. Vol. 1, São Paulo, FDE.

DUARTE, Newton. Vygotsky e o aprender a aprender. Ed. Autores Associados, São Paulo, 1999.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EJA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PERFIL E A SINGULARIDADE DOS ALUNOS

ADRIANA DE LIMA ELOY

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos, atendente um perfil de alunos heterogêneos e diversificados. Entretanto, é comum os professores que estão inseridos nesse dia a dia retratarem uma realidade de medo, insegurança, angústia e por vezes se sentirem incapazes de condicionar um processo de ensino e de aprendizagem transformador e com qualidade. O trabalho tem por objetivo analisar a prática pedagógica para a EJA. Para atender o objetivo proposto se procedeu com consulta bibliográfica, buscando analisar materiais que já se tornaram públicos. Os resultados apresentaram que a formação de educadores para a Educação de Jovens e Adultos é essencial para que ocorra uma educação eficaz e de qualidade, pois somente deste modo o professor será capaz de elaborar conteúdos e didáticas que resultem em bons desempenhos e garantindo a permanência destes educandos no espaço pedagógico. Mostrando a importância de continuar com os estudos, com objetivo de que se tornem cidadãos reflexivos e críticos e interajam de maneira participativa na sociedade.

Palavras-chave: EJA. Professor. Aluno. Prática pedagógica.

ABSTRACT

A Educação de Jovens e Adultos, atendente um perfil de alunos heterogêneos e diversificados. Entretanto, é comum os professores que estão inseridos nesse dia a dia retratarem uma realidade de medo, insegurança, angústia e por vezes se sentirem incapazes de condicionar um processo de ensino e de aprendizagem transformador e com qualidade. O trabalho tem por objetivo analisar a prática pedagógica para a EJA. Para atender o objetivo proposto se procedeu com consulta bibliográfica, buscando analisar materiais que já se tornaram públicos. Os resultados apresentaram que a formação de educadores para a Educação de Jovens e Adultos é essencial para que ocorra uma educação eficaz e de qualidade, pois somente deste modo o professor será capaz de elaborar conteúdos e didáticas que resultem em bons desempenhos e garantindo a permanência destes educandos no espaço pedagógico. Mostrando a importância de continuar com os estudos, com objetivo de que se tornem cidadãos reflexivos e críticos e interajam de maneira participativa na sociedade.

Keywords: EJA.Teacher. Student. Pedagogical practice.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a preocupação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), teve início quando se viu necessário profissionalizar a nova sociedade para a recémchegada da era industrial e a urbanização do país. Desta época, até a atualidade muitas transformações ocorreram para a EJA fosse considerada não somente uma forma de habilitação para a seara laboral, mas como a formação de pessoas para exercer a cidadania de forma crítica, reflexiva e autônoma.

Diante disso, o professor tem o papel de mediador dessa formação, fazendo uso de métodos de ensino adequado, que oportunizem aos educandos alcançarem cada dia mais um novo nível de conhecimento que satisfaça suas necessidades, como sujeitos de uma sociedade. Para que se alcance esse objetivo tem-se a preocupação com a prática docente, que deve suprir as necessidades desse grupo etário.

A formação de profissionais da educação voltada para a EJA busca aperfeiçoar modelos pedagógicos, técnicas e métodos de ensino que possibilitem a permanência destes alunos em sala de aula, possibilitando um ensino de qualidade e significativo, os levando a analisar de maneira critica os fatos abordados no seu meio social e no espaço pedagógico. Portanto, a prática pedagógica é acima de tudo um desafio para o professor que passa maior parte do tempo se questionando, buscando dar o melhor a seus alunos e revendo conceitos.

A metodologia utilizada para esta pesquisa retrata uma pesquisa bibliográfica, pois consiste no levantamento de dados secundários, com fundamentos em livros, artigo, periódicos, revistas, jornais, trabalhos acadêmicos, entre outros meios de informação. O trabalho foi realizado através de pesquisas em materiais já publicados, onde foram realizadas anotações para desenvolvimento, cujas foram analisadas pela autora, com intuito de verificar o material capaz de alcançar

o objetivo proposto e atender as necessidades do estudo.

Cabe considerar que o professor tem como grande desafio buscar o conhecimento inovando suas práticas educacionais, se capacitando para atender as demandas da realidade, cujo aluno e professor estão inseridos. É preciso que o professor não se restrinja somente as salas de aula, mas que busque e encontre caminhos para melhorar e proporcionar uma educação de qualidade a todos sem distinção.

OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a prática pedagógica para alfabetização de jovens e adultos.

1.1.2 Objetivos específicos

Elucidar sobre o conceito e definição de Educação Básica;

Verificar a o advento da EJA no Brasil;

Elucidar sobre a formação de professores da EJA e;

Investigar sobre a prática docente para atuação em sala de aula com jovens e adultos.

JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se justifica por considerar que toda comunidade pedagógica, assim como os governantes e toda a sociedade civil devem refletir sobre a formação de profissionais para atuar na Educação de Jovens e Adultos. Repensando práticas educacionais e políticas para melhorar a proporcionar uma formação de educadores eficaz e adequada a estes alunos, que carregam consigo uma experiência rica, que já possuem uma história, uma cultura e um caminho longo percorrido.

PROBLEMA

Todas as pessoas têm direito a educação que não se limite somente em métodos de ler e escrever, mas uma educação que capaz de proporcionar autonomia, capacitando seus educando a participar de forma crítica e reflexiva na sociedade. Diante disso, o trabalho parte da seguinte questão: os professores da EJA atuam com práticas apropriadas de acordo com a realidade do aluno?

EDUCAÇÃO BÁSICA: CONCEITO E DEFINIÇÃO

Após a década de 1980 que a expressão EB (Educação Básica) começou a ser inclusa ao discurso da política educacional evidenciando a ênfase dada a universalização do ensino no documento que orienta a política pedagógica. Segundo Cury (2008) a política educacional brasileira é definida pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) diploma legal que trata e defini o regulamento geral a serem seguidos nas políticas educacionais.

A Constituição de 1988 extingue os termos 1° e 2° graus denominando o ensino como: Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A EB tem como propósito desenvolver o aluno assegurando a formação comum essencial ao exercício da condição de cidadão e o desenvolvimento de conteúdos para progressão no trabalho e em estudos decorrentes. Cury (2008) diz que a EB é um direito, um novo conceito e também um método de organização da educação brasileira.

E como a todo conceito corresponde um termo, vê-se que, etimologicamente, "base", donde procede a expressão "básica", confirma esta acepção de conceito e etapas conjugadas sob um só todo. "Base" provém do grego básis,eós e corresponde, ao mesmo tempo, a um substantivo: pedestal, fundação, e a um verbo: andar, pôr em marcha, avançar. Como conceito novo, ela traduz uma nova realidade nascida de um possível histórico que se realizou e de uma postura transgressora de situações preexistentes, carregadas de caráter não democrático. Como direito, ela significa um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural. (CURY, 2008, p 294).

A EB é indispensável ao desenvolvimento do sujeito, considerando que é por meio desta que irá obter conhecimentos básicos fundamentais para aquisição do conhecimento, sociabilidade e formação de um indivíduo ativo e crítico. Conforme a LDB (BRASIL, 1996) a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos compõem a EB (CURY, 2008).

A Educação Infantil é entendida como a primeira fase da EB, definida em dois diferentes momentos em seu contexto. Com idade entre 0 a 3 anos a escolarização é ofertada em creches ou instituições equivalentes e com idade entre 4 a 6 anos a educação é ofertada na pré-escola (CURY, 2008).

O Ensino Fundamental compreende a segunda fase da EB, este é formado por alunos ente 06 e 14 de idade, objetivando o básico do conhecimento na formação dos indivíduos, que efetivada frente ao cumprimento de normas conforme o art. 32 da LDB.

I. Desenvolvimento da capacidade de aprender tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta

a sociedade. III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores. IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, Art. 32, § I - IV).

O Ensino Médio é a terceira e última etapa da EB, corresponde a formação de alunos com idade aproximada de 15 a 17 anos. Esta fase consolida e aprofunda os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, prepara para o trabalho e para execução da cidadania e, aprimora o aluno como individuo humano (CURY, 2008).

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) contempla a EB conforme disposto no artigo 37 da LDB nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo destinado aos sujeitos que não tiveram acesso oportunidade de estudo na idade própria.

Segundo Cury (2008, p. 295) a EB "torna-se dentro do artigo 4° da LDB, um direito do cidadão à educação e um dever do Estado de atendê-lo mediante oferta qualificada".

Conforme a Lei n° 11.769/08 o ano de 2012 seria o limite estipulado para que a música constasse como obrigatoriedade no currículo de todas as instituições de EB. Não com objetivo de formar músicos, mas de integrar os alunos, desenvolver a criatividade e a sensibilidade através do fenômeno sonoro. Porém o referido documento não apresenta clareza quanto a formação adequada do professor para aulas de músicas (SILVA, 2012).

De acordo com Silva (2012) o artigo 62 da LDB indica que é necessário o professor possui formação em curso de licenciatura para trabalhar profissionalmente na EB, entretanto alguns profissionais leem o texto (Lei 11.769 de 2008) sem levar em consideração o artigo em questão. Com fundamentos no veto ao parágrafo do documento que indicava obrigatoriedade de professores licenciados para ministra aulas de música, com a possibilidade de músicos sem a devida habilitação ensinar música nas escolas.

Com a ausência de clareza na legislação somada a falta de professores aptos e licenciados em música e a falta de orçamentos das instituições de ensino para suprir as contratações, o trabalho do professor polivalente preenche a lacuna deixada nesta modalidade de ensino. Silva (2012) afirma que este cenário leva a um quadro de grande procura por cursos de formação continuada ou complementar onde o educador não especializado em música procura recursos para trabalhar com eficácia esta disciplina.

Dentre as distintas possibilidades de aquisição dos saberes pedagógicos em músicas, a formação continuada a professores é a mais rica experiência podendo resultar em novos conceitos e novas posturas relacionados a função da música na escola. Experimentar, vivenciar, contextualizar e construir deve ser uma constante do educador que trabalha a disciplina de música na EB possibilitando ao aluno a aquisição de experiências ricas por meio da musicalização. Diante disso, a formação continuada deve oferecer ao professor uma gama de possibilidades que ajudarão na fruição da prática docente no espaço escolar (SILVA, 2012).

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil insere-se em um cenário econômico, social e político, onde a educação encontra-se estreitamente vinculado ao universo do trabalho, tendo significativamente um público de jovens, adultos e idosos trabalhadores, inseridos, ou não, no processo produtivo, devido às adversidades do contexto social, alguns destes sujeitos não tiveram acesso ao ensino na idade própria ou de forma incompleta, necessitando o retorno e continuidade dos estudos na fase adulta (VENTURA, 2001).

O processo histórico dessa modalidade de ensino passou por várias etapas, lutas e resistências tentando conquistar o seu lugar e reconhecimento na Educação Básica brasileira. Sendo que a partir da década de 30, no século XX, com o surgimento das políticas públicas educacionais através da Constituição de 1934, ocorreram as primeiras visibilidades sobre a EJA (VENTURA, 2001).

Onde estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE), que indicavam pela primeira vez a educação de adultos como um direito do cidadão e dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos. A PNE, segundo Niskier (2011) obedecia as seguintes normas:

a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatório extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de torná-lo mais acessível; c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos; d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras; e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso; f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem. a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna. (NISKIER, 2011, p.292).

No período entre as décadas de 1930 a 1950 do século XX, e com o fim da ditadura de Vargas (1930-1945), o país começou a

viver uma grande movimentação política, incontestavelmente isso fez com que a sociedade de maneira geral, passasse por grandes adversidades devido ao contexto econômico da época. Foi um período marcado por transformações no contexto social, político e econômico com a passagem de uma sociedade essencialmente rural e agrária para uma sociedade urbana e com inserção no processo de industrialização (NISKIER, 2011).

Entre as décadas de 1940 e 1950 do século XX, houve uma grande iniciativa de política pedagógica para a alfabetização das camadas desfavorecidas. Surgiram diversas campanhas de educação de adultos com amplitude nacional como: a criação do serviço de educação e da campanha de adultos em 1947, a campanha de educação rural iniciada em 1952, e da campanha nacional de erradicação do analfabetismo em 1958. Segundo Lanza (2007):

A Constituição de 1934 consolida-se e inaugura-se um período marcado pelo surgimento de propostas para a educação da classe trabalhadora. Campanhas foram lançadas em muitos países periféricos e semiperiféricos após a II Guerra Mundial, incentivadas, principalmente, pela recém-criada Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

(UNESCO), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) (LANZA, 2007, p. 8).

Com todas essas ações lançadas pelo governo em iniciativa provisório tinham como objetivo buscar realizações que previa a alfabetização em etapa mínima. Possibilitando a conclusão de primário em tempo menor que o convencional. Contudo, através da campanha de Educação de Jovens e Adultos, abriu-se um leque de discussões sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil (VENTURA, 2001).

Segundo Ventura (2001) no segundo Congresso Nacional de Adultos , em 1958, foi discutida a importante função da educação de adultos na solução dos problemas advindos com o desenvolvimento econômico e a necessidade de encontrar novos caminhos para a mesma. Esse encontro foi realizado como culminância das Campanhas que tiveram início em 1947, se destacando como um importante marco da época, caracterizado pela construção de uma locus própria para a EJA.

Cabe ressaltar que os papéis dos movimentos sociais e culturais articulados a favor da EJA inspirados no pensamento pedagógico de Paulo Freire foram bastante marcados na década de 1950. Ou seja, foram marcados por um processo de discussão sobre a erradicação do analfabetismo e a situação de discriminação vivenciada por homens e mulheres, do campo e dos grandes centros urbanos (JARDILINO; ARAÚJO, 2014).

Contudo, várias alternativas educacionais foram surgindo nesse processo histórico através de políticas educacionais e movimentos de valorização da cultura popular como: Movimento de educação Base (MEB); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Movimento de cultura popular do Recife; Centros Culturais de Cultura (CPC-UNE); a Campanha de Pé no Chão também de aprender a ler (JARDILINO; ARAÚJO, 2014).

E, o Programa Nacional do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a participação efetiva do professor Paulo Freire. Cujo tinha uma visão social sobre o sujeito, em que levava em conta a vivência e a realidade do educando no processo de alfabetização de adultos (JARDILINO; ARAÚJO, 2014).

De acordo com Freire (1989) a educação pode ser considerada mais que um domínio mecânico de técnicas a leitura e a escrita, ou seja é a dominação dessas técnicas e termos conscientes. Além disso, é ter o entendimento do que se lê, e o que se escreve. A educação implica em uma auto formação, cuja pode resultar uma postura de atuação do homem sobre seu contexto.

Para tanto o processo de alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, e tampouco de fora para dentro, como uma simples exposição ou doação, mas de dentro para fora pelo próprio educando, somente ajustado pelo professor. Isso possibilita que o papel do professor da EJA exerça diálogos com os educandos sobre situações reais, oferecendo meios com quais possa alfabetizar (FREIRE, 1989).

Em 1967, no auge da ditadura militar, o governo federal decretou e sancionou a lei n° 5.379, de 15 de dezembro, cuja Lei provia sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de jovens e adultos, conhecida como Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Uma ação de proporção nacional, que, visava atender analfabetos de 15 a 30 anos, com objetivo de ensinar a ler e a escrever a amplas parcelas da população de analfabetos em diversas localidades do país (JARDILINO; ARAUJO, 2014).

Diferentemente do que ocorrera na Campanha das décadas anteriores, de acordo com Jardilino e Araújo (2014), a ação do governo federal obteve um investimento significativo de recursos na criação de uma organização de âmbito nacional e autônoma em relação às diversas secretarias estaduais e ao próprio MEC.

O programa de alfabetização funcional do Mobral, a metodologia utilizada, segundo sua equipe técnica, fundamentava-se no diálogo, nas vivencias de seus alunos, utilizando seus conhecimentos prévios na formação de palavras geradoras, assim como se identifica na proposta de Paulo Freire. (JARDILINO; ARAUJO, 2014 p.60).

Portanto, na década de 1970 o Mobral

se expandiu, e se dividiu em dois programas, o Programa de Alfabetização e o Programa de Educação Integrada (PEI), o qual equivalia a uma versão compactada do primário (antiga 1ª à 4ª série) dando subsequência a outros projetos de ação para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Segundo Jardilino e Araújo (2014), em 1985 o Mobral foi extinto devido a criação da lei nº 5.692, na criação do ensino supletivo.

E todas as ações de alfabetização e educação de adulto foram sendo retornadas pela sociedade, sob novas perspectivas. E nesta perspectiva surge a Fundação Educar, que tinha como objetivo apoiar técnica e financeiramente as iniciativas de alfabetização existentes, possibilitando o suporte na alfabetização de adolescentes e adultos (JARDILINO; ARAÚJO, 2014).

A criação do Mobral, em 1968, foi uma tentativa do Estado brasileiro, primeiro em forma de campanha e depois com estrutura de fundação, lidar com a tensão social promovida pela negação histórica da educação para todas as classes populares. (SAMPAIO apud JARDILINO; ARAUJO, 2014, p. 21).

No final da década de 1980, com a promulgação da Constituição brasileira de 1988, foram incorporados vários dispositivos referentes ao reconhecimento dos direitos dos cidadãos. Além disso, o Estado ampliou a sua obrigação com a EJA. O dever do Estado com a educação passou a ser efetivado mediante a garantia do Ensino Fundamental gratuito e obrigatório, inclusive assegurando sua oferta de maneira gratuita para todas as pessoas que não tiveram acesso em idade própria (BRASIL, 1988). Diante disso, a Constituição Brasileira passou a garantir efetivamente o direito de educação para todas as pessoas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei n° 9.394 de 1996 que, trata da EJA, como forma da Educação Básica, suplantando sua proporção de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 2005, p. 19).

A partir da reforma no sistema educacional, a EJA começou a obter uma importância significativa no contexto social. Com a LDBEN a EJA aparece com um capitulo próprio, contendo dois artigos específicos descrevendo as atribuições dessa modalidade de ensino. Além disso, os sistemas de ensino, passaram a assegurar gratuitamente que os jovens e os adultos, que por algum motivo não puderam concluir os estudos em idade regular, possam ter oportunidades pedagógicas apropriadas, considerando as características dos alunos, seus interesses e suas condições de vida mediante a cursos e exames (JARDILINO; ARAUJO, 2014).

Portanto, cabe ressaltar que a EJA conseguiu estabelecer uma nova política, onde ganha novos olhares, novos métodos para trabalhar a fim de fazer com que jovens, adultos e idosos obtenham uma nova oportunidade de inserção na educação através de prioridades significativas de compartilhar saberes, conhecimentos e cultura (JARDILINO; ARAUJO, 2014).

Portanto, a ampliação do direito à Educação Básica para jovens e adultos, advém, também da necessidade do mercado de trabalho de uma mão de obra mais escolarizada. Com o desenvolvimento das forças produtivas e o avanço tecnológico, o mercado de trabalho necessita que homens e mulheres possuam no mínimo escolarização do Ensino Fundamental.

Com novas ações no território nacional, em 2003, o MEC anunciou o programa Brasil Alfabetizado voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos. Segundo o MEC, o programa foi uma porta de acesso à cidadania e o despertar do proveito pela elevação da escolaridade desses indivíduos. O objetivo do programa era promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do Ensino Fundamental no Brasil (NISKIER, 2011).

Deste modo, surgiu a partir de então, novos programas educacionais e projetos voltado para a EJA e, propostas curriculares que viabilizaram a ação educativa dessa modalidade de ensino, tanto na esfera nacional, como estadual e municipal possibilitando acesso na educação formal, como também na educação profissionalizante que possibilita o acesso ao mercado de trabalho (JARDILINO; ARAUJO, 2014).

Além disso, os Fóruns da EJA, organizados na maioria dos estados brasileiros, desde a década de 90, no século XX também tiveram um marco importante neste percurso histórico. E, ainda através da realização de articulação política nos municípios, estados, e, em nível federal, vem realizando o Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos, a cada ano, onde são vivenciados e acordados respostas às questões nacionais, no que se referem às questões da EJA (NISKIER, 2011).

FORMAÇÃO DE PROFESSOR PARA EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No Brasil a preocupação com a forma-

ção de jovens e adultos teve início, quando se viu necessário profissionalizar a nova sociedade no período pósescravidão, para a recente urbanização e industrialização. Desta época até os dias atuais muito foi feito para que a EJA fosse considerada não somente um modo de habilitação para o mercado de trabalho, como também a formação de cidadãos reflexivos, críticos e autônomos (MATOS, 2008).

Nesta formação o professor tem como principal papel a mediação, fazendo uso de metodologias de ensino adequado, proporcionando aos alunos a oportunidades de atingirem um nível de conhecimento que satisfaça suas necessidades como sujeitos de uma sociedade. Entretanto, para esse objetivo seja alcançado tem-se a preocupação com a formação do professor que precisa ser contínua (MATOS, 2008).

A formação do educador direcionado a EJA busca o aperfeiçoamento de técnicas pedagógicas, métodos de ensino que proporcionem a permanência desses alunos no espaço escolar, possibilitando um ensino significativo, que os direcione a crítica análise dos fatos discutidos em sala de aula e do espaço social (MATOS, 2008).

No entanto cabe ressaltar que a teoria e a prática precisam estar paralelas no ensino e na aprendizagem, sem em busca de novas metodologias aplicáveis no espaço pedagógico e, em especial aos alunos da EJA. O educador é apenas um profissional ajustador do educando em relação ao processo de alfabetização, esse aluno é que precisa criar o saber, ou seja, criar no sentido de fazer a aprendizagem de dentro para fora (MATOS, 2008).

Este saber não dever ser visto ou compreendido como algo que é doado ou colocado pelo educador ao educando. Em vez disso, devem-se procurar maneiras capazes de instrumentalizar tanto o educador quanto o educando e consiga que identificar o conteúdo da aprendizagem com o processo de ensino e aprendizagem (FREIRE, 1979).

Portanto, o conteúdo quando associado com a realidade do aluno oferece um sentido maior do que cartilhas e materiais que condiciona o analfabeto a objeto do que a sujeito. Um problema visto na prática é a utilização inadequada de metodologias e materiais didáticos inadequados que se arrasta desde a década de 1970, e este fato proporciona a alienação do aluno (MATOS, 2008).

A melhor metodologia é fazer uso do próprio educando, acreditando nas suas habilidades e capacidades de refletir e pensar, fazendo com que o mesmo acredite nisso, assim será capaz de entender sua função social no tempo e no lugar. E, deste modo que a educação seja o processo por meio do qual o sujeito tome protagonize sua história, a fim de mudar a direção da mesma (DREYER, 2011).

O professor da EJA deve acreditar no aluno, na sua capacidade de descobrir, de aprender, de criar soluções, de desafiar, propor, enfrentar, fazer escolhas e assumir as consequências. Entretanto, isso não será possível com métodos que não consideram a lógica de quem daqueles que aprende (DREYER, 2011).

O conhecimento de mundo que o aluno leva para dentro das salas de aula se torna mais importante para a aquisição do seu aprendizado quando associado com conteúdo de modo a torna-lo reflexivo e crítico, levando em consideração tanto a comunidade a sua volta, como o mundo em sua totalidade (MATOS, 2008).

O conhecimento que o professor aproveita na escola deixa a aula contextualizada. Os alunos da EJA possuem suas próprias características que os torna diferente do perfil de alunos do ensino regular, fazendo que cada aluno seja único. Portanto, o professor deve se atentar a esses fatores sempre zelando pelo processo de ensino e aprendizagem (RIBAS; SOARES, 2012).

Na história da educação brasileira, a Educação de Jovens e Adultos, como uma modalidade diferenciada, chama a atenção o seu caráter extensivo, por ser fora dos moldes tradicionais das escolas noturnas e, com relação ao aspecto da legislação não era algo sólido, não se configurava como um compromisso dos órgãos competentes (RIBAS, SOARES, 2012, p. 3).

Em relação a qualidade da formação do professor para atuação na EJA, o que acontece é uma descaracterização crescente dos cursos de formação continuada, junto com a fala de material e de livros escritos que proporcione apoio a formação.

"São muitos os desafios o que torna a prática de ensinar cada vez mais complexa" (GATTI apud RIBAS; SOARES, 2012, p. 4).

Deste modo, para superar os fragmentos da superação, tanto os formadores, a escola que forma os professores, como os futuros docentes, precisam assumir que em meio a globalização se convive de modo simultâneo com a incerteza e com a inovação. "Por isso, a educação dos seres humanos se torna mais complexa, e a formação do professor, também, passa a assumir essa complexidade" (ENS apud RIBAS; SOARES, 2012, p. 4).

Para superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, teoria e prática, e possibilitar a construção de uma práxis dinamizada pela iniciativa, pelo envolvimento do futuro professor em projetos educativos próprios e fundamentados, torna-se necessário reconhecer tal complexidade (RIBAS; SOARES, 2012, p. 4).

A visão pedagógica da formação do professor envolve pessoas com distintos co-

mentários. Entretanto, a grandeza da educação se alicerça no fato de ser uma área aberta que significa um novo conceito filosófico de educação, que já não fica restrito a formalidade do âmbito escolar (RIBAS; SOARES, 2012).

Ser professor, hoje, é ser um profissional competente, para levar o aluno a aprender, é participar de decisões que envolvam o projeto da escola, lutar contra a exclusão social, relacionar-se com os alunos, com os colegas da instituição e com a comunidade do entorno desse espaço (ENS apud RIBAS; SOARES, 2012, p. 5).

Deste modo, se faz necessário uma qualificação dos profissionais que estão envolvidos neste processo. É essencial que a equipe de professores esteja bem qualificada e preparada, por este fato é importante uma formação continuada, onde os profissionais tenham a oportunidade de repensar suas práticas. Pois, o processo de formação continuada é algo possível para melhorar a qualidade do ensino, no contexto educacional atual (RIBAS; SOARES, 2012).

NECESSIDADE DE MÉTODOS DIFERENCIADOS PARA A EJA

As intuições de ensino para formação e professores pouco a abordam a questão da EJA e, talvez a isso deva a carência de métodos direcionados a educação de jovens e adultos. Entretanto, tudo isso tende a dificultar a atuação do educador em sala de aula. "O professor sempre tem um poder sobre seu aluno e como

consequência à possibilidade de formar sujeitos ativos e críticos e não domesticados" (DREYER, 2011, p. 3591).

O fato do professor da EJA possui metodologias apropriadas a esse grupo etário é fundamental para garantir a permanência desses educandos na escola. Fazendo uso de recursos e técnicas que os façam sentir parte desse novo mundo, o mundo de conhecimentos e oportunidades (DREYER, 2011).

Para realização de seu trabalho, o educador deveria saber ouvir o educando em suas experiências e através delas elaborar seu roteiro de ação, apresentando materiais que apresentassem sentido para a vida dos alfabetizando, proporcionando a eles ricos momentos de reflexão, durante os círculos de cultura nomenclatura utilizados por Freire para apresentar essa fase do método (DREYER, 2011, p. 3591).

Uma técnica que pode contribuir para esse objetivo é a prática da interdisciplinaridade, tendo em vista que relaciona os conhecimentos de distintas áreas de uma maneira global. O principal objetivo da interdisciplinaridade é fazer experimentos da vivencia real, que se inscreve na bagagem diária do aluno, do educador e da sociedade e, que muitas vezes é fragmentada na escola tradicional (GADOTTI, 2006).

A interdisciplinaridade tem seu objetivo traduzido na prática pelo exercício de um trabalho solidário e coletivo na organização do trabalho no espaço pedagógico. Além disso, a interdisciplinaridade é uma ferramenta que proporciona um amplo conhecimento ao aluno, o levado a interagir com o espaço, se opondo a educação tradicional, cujos métodos são fragmentados (RIBAS; SOARES, 2012).

Ou seja, não se trata somente de uma atitude ou método do professor, mas sim uma exigência da vivencia do ato pedagógico. Entretanto, um modo de chamar a atenção dos educandos para a aula é não impor conteúdos, mas abordar e levar assuntos que estão em destaque entre os alunos para a sala de aula, fazendo uma conexão entre o material proposto no currículo e o dia a dia dos mesmos, ou seja, fazer o aproveitamento do prévio conhecimento destes alunos (RIBAS; SOARES, 2012).

O conhecimento se constrói a partir da aquisição do indivíduo com o meio em que está envolvido. Ou seja, ocorre pela ação do homem sobre acontecimentos, objetos ou pessoas. Essa prática pode ser adquirida durante o período de formação do professor, entretanto, é necessária a formação continuada, pois proporcionará novos conhecimentos e novos modelos de ensino, além de aperfeiçoar a prática no âmbito escolar (DREYER, 2011).

A PRÁTICA DOCENTE PARA A EJA

Acima de tudo a prática educacional é um desafio, pois o professor consciente passa maior parte de seu tempo se questionando, buscando o melhor para seus alunos e revendo conceitos. "Por isso, o sono e a utopia fazem parte desses docentes, e outros sentimentos como a esperança, que é uma arma importantíssima para a realização de certas aspirações" (RIBAS, SOARES, 2012, p.1).

No que tange a qualidade formal de maneira geral o professor que trabalha com a EJA não possui formação adequada para exercer esta modalidade de ensino e tão pouco tem recebido a necessária atenção nos cursos de formação docente. Ao contrário, maior parte das vezes tem sido relegada cada vez mais a deterioração, pois os professores que trabalham com a EJA "estão ausentes de boa parte dos debates das políticas públicas centradas na questão das relações entre escolas e sociedade" (GATTI apud RIBAS; SOARES, 2012).

É essencial que o professor da EJA tenha clareza da bagagem de seus alunos, pois estes chegam as salas de aula com grande conhecimento de mundo. Esses conhecimentos se formaram por meio de experiências di-

árias, conhecimentos adquiridos, ou também através de informações que ouviram e as repete, embora muitas estejam associadas ao senso comum sem nenhum aprofundamento científico (MATOS, 2008).

No primeiro contato com o aluno é essencial que o educador oportunize um momento para que o mesmo seja ouvido. Esse envolvimento do aluno da EJA em sala de aula, segundo Matos (2008), é importante, pois enquanto interlocutor, o educando deixa de ser visto sob a ótica daquele que somente escuta passando a ser o indivíduo que troca conhecimento com o professor, que ouve, que participa e que é ouvido.

Tendo como pressuposto essa concepção dialógica onde a ênfase está no ouvir, a heterogeneidade na sala de aula deve ser encarada como um fator positivo, pois ao expor suas ideias, o educando traz à tona diferentes experiências vividas, aumentando as possibilidades de compreender o que está sendo estudado. Dar voz aos alunos é a maneira mais eficiente de conhecer sua cultura (MATOS, 2008, p.9).

A construção desta prática possibilita que a escola cumpra sua função na formação das pessoas, assim como lugar de conhecimento e socialização. A partir desta preocupação podem ser delineados três pressupostos para o complexo trabalho de ensinar, cujos são:

[...] primeiro o trabalho docente depende da colaboração do aluno, ele precisa participar ativamente do processo para se efetivar a aprendizagem; segundo diz respeito ao campo das emoções, pois na sala de aula estabelecem-se as mais diferentes relações do professor com os alunos, dos alunos com os alunos, e de ambos com outras instâncias administrativas, com outros professores e com a comunidade e, por último, o cumprimento de objetivos que a educação formal deve seguir (MATOS, 2008, p. 9-10).

A alfabetização de jovens e adultos é uma educação crítica que é embasada na interação, mediação e no diálogo, não podendo ser um processo mecânico com fundamentos em metodologias repetitivas e tradicionais. Portanto, o processo pedagógico da EJA rejeita a ênfase dada ao processo repetitivo, se apoiando na interlocução e constituição de significados.

Deste modo, o educador que define o conteúdo mesmo antes de entrar em sala de aula, inviabiliza sua prática docente, pois não leva em consideração a bagagem de conhecimento trazida pelos alunos. A função do professor não é apenas ensinar conteúdos básicos, mas oportunizar os alunos a se tornar crítico por meio da leitura e compreender o que ocorre no seu meio (TELES; SOARES, 2016).

Portanto, o professor deve ministrar conteúdos que estejam relacionados ao mundo de trabalho de seus alunos. [...] O contexto cultural do aluno trabalhador deve ser a ponte entre o saber e o que a escola pode proporcionar, evitando, assim, o desinteresse, os conflitos e a expectativa de fracasso que acabam proporcionando um alto índice de evasão (TELES; SOARES, 2016, p. 93).

Entretanto, cabe ressaltar que um espaço afetivo traz mais segurança ao aluno, fazendo com que o mesmo tenha um interesse maior pelas atividades e colabore com o professor para que o processo de ensinar se torne mais significativo. Além disso, para que o professor concretize seu ato de ensinar de modo satisfatório, o vínculo afetivo é uma dimensão necessária, pois segundo Matos (2008) as emoções, os sonhos permeiam e as interesses pessoais, permeiam toda a relação educacional.

O processo de ensinar envolve a sensibilidade do educador, principalmente o da EJA, em acolher estes alunos em suas diversidades, os respeitando e os valorizando, a fim de que possam se sentir como pessoas e membros participantes da comunidade pedagógica. Portanto na EJA, segundo Matos (2008) há uma grande troca de saberes, pois simultâneo ao momento em que ensinam os professores também aprendem, pois desenvolvem junto com os educandos outras estruturas mentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a formação inicial de professores, ou seja, a graduação, os futuros docentes têm contato com filósofos, teóricos e pensadores que abordam a educação. Esses conhecimentos são essenciais, todavia, na prática nem sempre é possível relacioná-los com a realidade dos alunos, principalmente ao se tratar da EJA.

Cabe ao educador fazer uso de métodos diferenciados com intuito de cativar seus alunos e garantir o ensino, a aprendizagem e a permanência dos mesmos em sala de aula. Portanto a associação da interdisciplinaridade junto com a contextualização são métodos que auxiliam o ensino e a aprendizagem na EJA, objetivando um conhecimento amplo das situações diárias levando em consideração o prévio conhecimento do aluno. Porém, para que o educador esteja apto a realizar diversas práticas é preciso que tenham formação contínua.

Entretanto, no momento atual da educação é possível identificar dificuldades presentes nas práticas pedagógicas como: necessidade de métodos diferenciados que cativem os alunos para que possam permanecer na escola; disparidade entre a prática e a formação inicial e; formação continuada para os profissionais da educação voltada para esta modalidade de ensino, para que tenham